
SIMPÓSIO – Crescimento de Longo Prazo, Desindustrialização e Política Monetária

Brasil x Coréia do Sul - 1960: Brasil 3x2 Coréia do Sul, 2000: Coréia do Sul 2x1 Brasil

*Fernando de Holanda Barbosa**

Nos últimos meses a mídia tem divulgado depoimentos de analistas da economia brasileira comparando o nosso crescimento econômico recente com o de outros países. A conclusão destes analistas é de que a ênfase na inflação tem posto de lado o crescimento econômico. No país do futebol, a imagem de um jogo pode ser útil na comparação do desempenho de dois times. O título deste artigo mostra o placar do jogo da renda *per capita* entre o Brasil e a Coréia do Sul. Em 1960, o Brasil ganhava o jogo por um placar de três a dois, isto é, a nossa renda *per capita* era uma vez e meia maior do que a renda coreana. Em 2000, o Brasil perdia o jogo de dois a um, pois a renda *per capita* da Coréia do Sul era o dobro da renda brasileira. Esta diferença tem alguma coisa a ver com inflação? O que aconteceu nestes quarenta anos para causar tamanha disparidade?

Até o início da década de 80 o Brasil ainda tinha uma renda *per capita* maior do que a Coréia. Neste período a Coréia ultrapassa o Brasil. A primeira metade da década de 80 é um divisor de águas na qualidade da nossa política econômica. O Brasil sofreu vários choques adversos, como a crise da dívida externa, e a resposta da política econômica brasileira foi de empurrar com a barriga (em inglês chamava-se *muddling through*), postergando-se a solução do problema. Na segunda metade da década de 80 inaugurou-se a época heterodoxa, com os Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor. A Constituição de 1988 aprofundou a crise fiscal distribuindo direitos econômicos sem a contrapartida de obrigações, aumentando o déficit público e enterrando de vez o estado desenvolvimentista.

O Plano Real, na primeira metade da década de 90, acabou com a hiperinflação, mas não resolveu o problema fiscal, deixando a estabilização inacabada. O ajuste fiscal somente teve início em 1998 e a mudança da política cambial veio com a crise de janeiro de 1999. A estabilização da economia brasileira foi longa e cara, e somente agora está chegando ao seu final, desde que o tripé disciplina fiscal, câmbio flexível e banco central cuidando da inflação no longo prazo seja mantido por tempo indefinido. A conclusão inequívoca é de que a nossa derrota para a Coréia em 2000 deve-se, em parte, aos erros de política econômica dos governos Figueiredo, Sarney, Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. O

* Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Endereço eletrônico: fholanda@fgv.br

Governo Lula tem o mérito de continuar a trilha do segundo mandato do Presidente FHC e concluir a obra inacabada da estabilização, ainda que de maneira parcial, pois o paciente tem seqüelas que precisam de cuidados especiais.

O crescimento econômico depende da acumulação de capital físico, do progresso tecnológico e da acumulação de capital humano. A Coréia do Sul tem sido capaz de combinar estes três ingredientes numa trajetória sustentável, enquanto o nosso país não tem dado a devida atenção a um fato elementar. Isto é, o crescimento econômico depende de uma população bem treinada e educada para enfrentar os desafios da época do conhecimento. O regime militar brasileiro, que teve início em 1964, diferente da ditadura coreana, que começou em 1960, não deu ênfase ao investimento em educação. Naquela época, os modelos de crescimento econômico usados na América Latina enfatizavam o capital físico como o modelo Harrod-Domar, usado tanto no Plano Trienal de Celso Furtado para o Governo João Goulart como no PAEG do Governo Castelo Branco elaborado por Mário Henrique Simonsen. A Coréia do Sul sempre procurou imitar o modelo japonês, no qual a educação era um ingrediente fundamental. Apesar da universalização do ensino fundamental, a educação brasileira necessita de uma reengenharia que coloque a qualidade em primeiro lugar. Este tipo de reengenharia não se faz da noite para o dia, nem tampouco seus resultados aparecem num mandato presidencial, mesmo com reeleição.

No Brasil um bom número de economistas, ou não aprendeu o que deveria ou jogou fora o que aprendeu. Esta hipótese baseia-se no fato de que é freqüente deparar-se na mídia com afirmações destes economistas que teimam em dizer que é um ‘mito’ a proposição de que o produto potencial da economia brasileira pode crescer atualmente a taxas sustentadas ao redor de 3,5% ao ano.

Esta taxa é bastante baixa quando comparada à taxa de crescimento de 7% ao ano do produto real no período 1920/1980. O que aconteceu nos últimos vinte e cinco anos que nos levou a esta regressão? A resposta para esta pergunta tem sido objeto de algumas pesquisas e ela é fundamental para a implementação de políticas econômicas que nos permitam colocar a locomotiva de volta nos trilhos do crescimento econômico do passado.

Uma das contribuições de Robert Solow, que ganhou o Prêmio Nobel de economia em 1987, à teoria do crescimento econômico foi a contabilidade do crescimento. Nesta contabilidade procura-se medir a contribuição de cada um dos fatores para a taxa de crescimento do produto real. O crescimento não acontece por milagre. Ele ocorre pela acumulação de capital, de recursos humanos e de tecnologia. De vez em quando alguém

afirma que a atual política monetária não permite o país crescer porque a taxa de juros real está muito elevada. O remédio seria baixá-la e o crescimento estaria resolvido. Confunde-se utilização da capacidade instalada com crescimento. A política monetária afeta a utilização da capacidade no curto prazo mas não as variáveis que determinam o crescimento no longo prazo.

O quadro abaixo procura descrever de modo simplificado o que aconteceu no passado e as condições atuais da economia brasileira. A taxa de crescimento do produto potencial (Y) é uma média ponderada das taxas de crescimento do capital e da mão de obra, adicionada à taxa de crescimento da produtividade total dos fatores de produção, que retrata a contribuição do progresso tecnológico. No caso do Brasil, o peso do capital é de 40% e da mão de obra é de 60%, que medem as respectivas participações destes fatores na renda do país.

$0,4 \times \frac{\Delta K}{K}$	$0,6 \times \frac{\Delta L}{L}$	$\frac{\Delta PTF}{PTF}$	$\frac{\Delta Y}{Y}$
0,4 x 9%	0,6 x 2,5%	1,9%	7,0%
0,4 x 4%	0,6 x 1,5%	1%	3,5%

A taxa de crescimento do capital (K) depende de três parâmetros, a taxa de investimento, a relação capital/produto e a taxa de depreciação. A taxa de depreciação média da economia brasileira será estimada em 3,5% ao ano. No passado, a relação capital/produto era igual a dois e atualmente está em torno de 2,7. A taxa de investimento está em 20% do PIB. No passado, já foi de 25% do PIB. Estima-se que a taxa de crescimento do capital nos próximos anos esteja em 4% $[(20/2,7) - 3,5]$. No passado, era igual a 9% $(25/2 - 3,5)$.

A taxa de crescimento da mão de obra (L) depende da demografia. No passado, esta taxa de crescimento era de 2,5% e atualmente está em 1,5% ao ano. A taxa de crescimento da produtividade total dos fatores (PTF) prevista para os próximos anos é de 1% ao ano, enquanto no passado esteve próxima dos 2%. Adicionando-se os vários componentes, a tabela mostra as diferenças entre o passado (7%) e o presente (3,5%). É claro que estas estimativas têm uma margem de erro, mas seria muito pouco provável que o Brasil crescesse de modo sustentado, nos próximos anos, com taxas de 5%.

O arcabouço da contabilidade do crescimento aponta algumas direções que a política econômica pode tomar para aumentar a taxa de crescimento do produto potencial da

economia. Em primeiro lugar, aumentar a taxa de investimento. Aumentá-la através da poupança externa não seria recomendável, pois nossa experiência com dívida externa tem levado a crises que se prolongam por anos a fio. O caminho seria aumentar a poupança doméstica reduzindo-se o déficit público, aumentando-se o superávit primário. Este caminho não é fácil politicamente porque uma boa parte da sociedade brasileira deseja consumir e não quer sacrificar-se pelas gerações futuras. Em segundo lugar, por políticas que induzam o aumento da produtividade total dos fatores, que incentivem os negócios, reduzam a burocracia e façam com que os empresários tenham um ambiente que os obrigue a redução dos custos de produção.

Uma característica importante tanto do modelo japonês como do coreano é a visão de que o estado e o mercado são instituições complementares, diferente da visão que prevalece em alguns círculos na América Latina, de que o estado e o mercado são instituições antagônicas. Esta visão asiática levou ao desenho de mecanismos que permitem maior grau de eficiência na utilização de recursos públicos, ao invés do desperdício tão freqüente no Brasil. Se o nosso país permanecer com a visão míope e não atacar as causas que levaram à derrota em 2000, perderemos de goleada nos próximos anos.